



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 82ª Reunião do colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia Unilab/CE.

No décimo sétimo dia do mês de maio, de dois mil e vinte e dois, das 14h às 17:48 hs, por meio da plataforma Google Meet (meet.google.com/eux-hgza-wgi), ocorreu a 82ª. Reunião do colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab/CE, presidida pela Profª. Dra. Joana D'Arc de Sousa Lima, atual coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Estavam presentes as/os docentes Evaldo Ribeiro Oliveira, Joana D'arc De Sousa Lima, Fabiola Barrocas Tavares, Jacqueline Da Silva Costa, Joserlene Lima Pinheiro, Linconly Jesus Alencar Pereira, Luis Carlos Ferreira, Luis Eduardo Torres Bedoya, Luma Nogueira De Andrade, Carolina Maria Costa Bernardo, Fabiola Barrocas Tavares, Ivan Costa Lima, Matilde Ribeiro, Fátima Bertini, Rosângela Ribeiro Da Silva, Braima Calilo Sadjó (representação discente). Observa-se a presença da discente Ana Cassia Alves, convidada para debater o ponto sobre o PIBID e a representação do Centro Acadêmico, na pessoa da discente Geysel Anne, ambas na condição de ouvinte, com direito à fala e não votante, em virtude de pontos de pauta de interesse dos discentes.

Consta os seguintes pontos na pauta 1. Leitura, apreciação e aprovação da Pauta; 2. Processo de redistribuição da Professora Joana D'Arc Lima; 3. Apresentação dos problemas do curso no início do semestre; 4. Regime disciplinar aplicável aos discentes; 4. PRP; 5. PIBID; 6. Pedido de Licença Estágio Pós-doutoral - Docente Matilde Ribeiro; 7. Informes: 7.1. Programa Pulsar.

Após a leitura da pauta, a professora Fabíola Barrocas propôs agendar reunião dos e das docentes responsáveis pelo estágio, ao que a coordenadora que presidiu a reunião disse que seria feito durante os informes. A pauta foi aprovada por unanimidade pelos(as) membros(as) do colegiado. Segue uma síntese da discussão e encaminhamentos dos demais itens da pauta. **Ponto 2 - Redistribuição processo SEI 23282.003453/2022-98 docente: Joana D'Arc de Sousa Lima – proposto pela Professora Geranilde Costa e Silva.** A coordenadora do curso convidou a professora Geranilde Costa, como solicitante do ponto de pauta, para apresentar a questão. A professora Geranilde fez sua explanação solicitando esclarecimentos em relação aos motivos que levaram o processo a ser discutido no Conselho do Instituto de Humanidades (IH), tendo tomado conhecimento do debate realizado no referido Conselho no dia 10/05/2022. Relatou seu estranhamento pelo ponto não ter sido inserido na ocasião da consulta que a coordenadora fez ao colegiado antecedendo a convocatória oficial desta reunião. Pede esclarecimentos à coordenadora Professora Joana e aos professores presentes, questionando a presença de “representantes” no Conselho (IH), quando não houve processo eleitoral para que houvesse representante do curso de Pedagogia. E aos docentes do curso de pedagogia, prof. Ivan costa e eduardo torres (lucho), que não são representantes do curso de pedagogia no conselho do IH. uma vez que esses são docentes do curso de pedagogia e integram o conselho do ih. Afirma que suas questões são colocadas no sentido de entender porque as deliberações anteriormente feitas pelo colegiado de pedagogia não foram acatadas. fazendo referência a dois encaminhamentos a serem executados pela coordenação de curso, e posteriormente apresentados àquele colegiado, sendo eles: 1- consulta pública aos/às docentes do ih sobre o interesse em assumir as disciplinas ministradas pela profª. joana d'arc em caso do aceite de redistribuição da mesma e 2- análise dos impactos da saída da perda do código de vaga da professora para o curso de pedagogia -, fazendo referência aos dois encaminhamentos a serem executados para que a professora pudesse requerer o direito dela solicitar a redistribuição. Argumenta que não houve questionamento acerca desta questão [o direito à redistribuição] e que o colegiado se colocou como solidários à intenção da mesma de pedir redistribuição, cumpridas as duas condicionalidades, sendo a primeira delas uma consulta ao IH com relação aos professores que poderiam substituir a professora, caso o Conselho aprovasse essa redistribuição, realizada. A professora Geranilde argumenta que quando colocou a proposta de fazer uma consulta ao IH era para fazer uma consulta pública, por meio de email para que todo o

Instituto soubesse das intenções da professora e que todo e qualquer professor que se achasse e se julgasse capaz tecnicamente e didaticamente tenha condições de assumir as componentes, pudesse se manifestar. Complementa o argumento afirmando que não se trata apenas de saber o nome, mas de avaliar “*seu lattes, a sua produção acadêmica, suas temáticas, de modo que sua indicação tenha efeitos legais. Uma pessoa não se candidata porque ela é simplesmente solidária, mas porque ela tem competência técnica, ela tem um lattes adequado para assumir aquelas componentes curriculares e não só as componentes, a gente está falando de pesquisa e extensão na área*”. A segunda condição proposta pelo colegiado diz respeito à realização de uma análise do impacto do que seria a perda desse código de vaga, que não foi feito. Encerra dizendo que os questionamentos são para a coordenação do curso, mas também para os professores Lucho, Ivan e para a professora Luma, presentes na referida reunião do Conselho, afirmando que esta “*foi quem votou para que o processo fosse avante, e os demais membros do conselho opinaram para que o processo voltasse para o colegiado*”. Foi enegrecido que o prof Lucho e Ivan não estiveram presentes na reunião do Conselho, o primeiro por estar em situação de trabalho remoto, e o segundo por coincidir com horário de aula. O professor Ivan Costa Lima, inscrito para falar, reforçou as questões colocadas pela professora Geranilde, enfatizando querer esclarecimentos de como o processo chegou ao IH, sem de fato ser retornado ao colegiado de Pedagogia, que é a última instância para se chegar ao IH, o que para ele parece um procedimento irregular, comparado a alguns processos de recebimento de professores que ele citou, mesmo afirmando que não esteve na reunião da deliberação pelo colegiado. A professora Joana D’Arc Lima, inscrita, faz uso da palavra para responder às questões levantadas. Primeiramente ressalta que o documento, enviado ao IH sobre o seu processo de redistribuição, reproduz exatamente o que consta na ata da Reunião do colegiado de Pedagogia realizada dia 7 de abril de 2022, conforme texto enviado pela professora Rebeca [quem digitou o trecho referente à discussão da redistribuição em virtude de profa. Joana ter se retirado por ser nome interessado] e adicionado à ata *literalmente*, mas, afirma, esse é um texto que provoca diferentes interpretações, sendo que as expressões “*somos solidários, somos favoráveis ao caso da professora Joana Darc*” são referências de concordância à solicitação por ela apresentada.

Porém, ressaltou a profa. coordenadora, o processo de redistribuição deve ser seguido conforme as leis e normas vigentes que, no caso, não atribuem a nenhum colegiado papel decisório, sendo um ato decisório entre Reitorias das instituições envolvidas, que, por vontade própria, acionam os órgãos colegiados em caráter consultivo. Afirma que, diante das condicionalidades expressas pelo colegiado do curso na reunião de 7 de Abril, investigou a legislação maior (lei federal) e toda a normativa que regulamenta o processo de redistribuição, incluindo o Regimento da UNILAB e uma minuta do colegiado de Pedagogia, ainda não publicada em portaria e que se refere a casos distintos, sobre o afastamento de docentes para estágio pós-doutoral e para licença capacitação. Em todas as normativas não encontrou qualquer base legal para sustentar as condicionalidades exigidas pelo colegiado de Pedagogia como pré-condições para o seguimento do processo de redistribuição solicitado. Nem mesmo a alegação de “*medida administrativa*”, mencionada em documento escrito pelo Diretor do IH, professor Carlos Henrique, uma vez que, na administração pública, todo ato administrativo tem que se sustentar em leis e normas públicas e de aplicação extensiva a todos os casos de igual teor. Informou que levou o caso ao colegiado do BHU por ser professora naquele curso também, recebendo parecer favorável do colegiado deste curso. Esclareceu que informou o professor Carlos Henrique, enquanto diretor do IH, que levaria essa pauta para o Conselho do IH, apresentando o parecer do colegiado de Pedagogia, *ipsis litteris* como consta na Ata do colegiado, devido à urgência da situação que motivou o seu pedido de redistribuição e que nessa conversa soube da necessidade de informar quais docentes poderia substituí-la eventualmente, em caso de redistribuição. E, assim sabendo, tal como ela fez em outras ocasiões, quando do afastamento de outros professores, procedeu à consulta individualizada conversando com professoras com formação afins, tendo recebido resposta positiva da professora Fabíola, para o componente História da Educação, e da professora Jacqueline, para o componente Arte Africana e Afrobrasileira. Realizou apenas a consulta sem a mesma ter dado retorno até a emissão da declaração, para o componente que leciona no curso do BHU, a professora Rosália Menezes. Comunicou ao professor Carlos Henrique que não estaria presente na reunião do Conselho por ser ela parte interessada, e que a professora Luma estaria presente na condição de vice-coordenadora do Curso de Pedagogia. Por fim reafirmou que respeitou a decisão do colegiado de Pedagogia que se expressou favorável à sua solicitação, como consta em Ata, mesmo sabendo que as condicionantes que foram colocadas por este não estavam adequadas à legislação e normativas vigentes. Ainda informou que após a reunião do Conselho do IH, ela submeteu toda a documentação que consta nos processos correntes na UNILAB e na UFPE. Nesta, para disponibilizar um código de vaga à Unilab – e o consultor jurídico emitiu parecer escrito confirmando a legalidade do processo e que toda a documentação apresentada por ela atende à legislação vigente. Com base nisto a professora Joana concluiu afirmando que o colegiado tem autonomia para se manifestar contrário à sua solicitação de

redistribuição, mas que, legalmente, não pode impor condicionalidades para o seguimento do processo de redistribuição; e, que o retorno dessa pauta ao colegiado se dá pela recomendação do Conselho do IH que entendeu que o parecer do colegiado não estava claro. Após a resposta da Professora Joana aos questionamentos feitos pela professora Geranilde, prosseguiram outros comentários dos docentes inscritos para falar. O professor Linconly Jesus Alencar Pereira manifestou-se primeiro e questionou porque o código de vaga a ser disponibilizado pela UFPE não estava assegurado para o curso de Pedagogia. A professora Joana, na qualidade de coordenadora do curso, informou, em resposta à questão levantada, que a legislação vigente assegura que o código de vaga é disponibilizado para a Reitoria da instituição e esta distribui para uma das suas unidades e que, sendo assim, é necessário um trabalho de gestão administrativa e política tanto por parte do curso de Pedagogia, quanto por parte do Conselho do Instituto de Humanidades, para assegurar essa vaga. Na sequência, a professora Fabíola Barrocas confirmou sua disponibilidade para substituir a professora Joana no componente História da Educação, fundamentada em seu currículo e experiência profissional, sendo seguida pelo prof. Evaldo Ribeiro. O mesmo saudou todas/todos e informou que não podia ficar até o final da reunião porque tinha aula na Unilab a noite (teria que pegar transporte). Mencionou ter duas questões que gostaria de chamar atenção: primeiro o que estamos discutindo: o processo de redistribuição da professora Joana ou a ação da coordenação do curso. Considerou que são questões totalmente separadas. “Porque a discussão de redistribuição foi uma pergunta minha na reunião passada, se tinham pessoas interessadas e ninguém se manifestou. É isso que talvez esteja sendo colocado novamente em pauta. Foi colocado aqui e ficamos um bom tempo num silêncio total e aí depois falar que não houve o interesse do colegiado fica uma situação bastante complicada”. Relata que tende a concordar com a profa. Geranilde e prof. Ivan e que se sente fazendo papel de bobo, que as decisões não são respeitadas e por fim que não passaram nem dez dias e as decisões foram interpretadas como equivocadas. Considera que em momento nenhum da ata da reunião foi dito aprovação. Considera ainda que seria interessante além da gente fazer as falas, colocar aqui para ler o texto em conjunto, porque não houve aprovação, houve a solidariedade e colocou as condições porque ninguém assumiu, argumentou. Comenta que não é a primeira vez, no colegiado, que pessoas vêm para reunião, dizem que assume e não se concretiza. Comenta que os documentos da pedagogia não poderiam ser lidos e debatidos em outro colegiado. Revela preocupação com esse processo. Argumenta que a SGP fala que nós temos que escrever em ata quem vai substituir as pessoas. A questão não é concordar ou discordar, mas a regra está presente. Sobre o código de vaga: O código de vaga na Unilab está explícito que é da UNILAB e não é da Direção do Instituto. Cita o caso do Curso de Sociologia que liberou no meio da pandemia um docente e que ainda não conseguiu fazer concurso até hoje. Reitera que o que ele está discutindo aqui não é a saída da docente, mas sim a ação da coordenação a partir de uma decisão do colegiado. Diz que não vai discutir se a pessoa deve sair, ou não deve sair. Que vai discutir quem vai assumir ou não o que for deixado frente a essa saída. Isso cabe ao colegiado, porque a decisão é do colegiado: enfatiza que é o colegiado que assume, na hora de lotação. Cita demandas recentes de componentes que ficaram sem professores (frente ao desligamento de dois professores substitutos). Comenta que o colegiado tem que rediscutir a norma. Para finalizar, diz que se cansa de fazer alguma discussão nesse colegiado pois a depender se a coordenação ou o que algum docente tá querendo não é aceito volta para uma outra reunião com mais pessoas. Indaga: “Cadê o respeito ao colegiado? Então no início da fala foi falado sobre se a gente não ia votar, parece que não é em votação não temos que falar sim o que vem da coordenação, o que vem. que vem da reitoria, o que vem do IH cabe a qualquer docente falar sim. E aí nós estamos formando para ser pessoas críticas, mas aqui no nosso colegiado não cabe a crítica, cabe dizer sim, se a gente não diz sim a gente está contrariando uma normativa, tá prejudicando, tá criando problemas com a vida do outro. Mas onde está que o colegiado não pode informar a indicação? Está dizendo nas normas da Unilab, cabe ao colegiado indicar os nomes, as componentes e a área. Comenta sobre nomes de docentes que constavam nas indicações realizadas, docentes que estavam na outra reunião. Diz ainda que são várias reuniões que têm ocorrido essa dinâmica proposta de pauta longas, discutidas, mas o que não agrada retorna para a pauta em outra reunião. Diz do cansaço de fazer reuniões que considera infrutíferas. Comenta que recebe as coisas por e-mail, em cima da hora para decidir porque não consegue fazer outras reuniões. E, comenta que o que a gente decide em reunião não vai ser respeitado. Indaga: o que nós vamos fazer com a ata dessa reunião? Se ela não for favorável ao que está sendo discutido? Porque a primeira não foi favorável ao que está sendo discutido, ninguém desrespeitou ninguém, todo mundo foi solidário. Indica que o curso da Pedagogia tem um déficit de docentes, diz que esse colegiado é o único que não tem 18 docentes, diz que somos doadores universais, doamos a todos os cursos. Comenta que o aluno também tem que lutar pelos direitos de se formar. Retoma dizendo que considera que não houve má interpretação da ATA, considera ainda que não houve interesse deste colegiado em assumir as componentes, porque todo mundo olhou suas 40 horas e para assumir tem que ficar com as que (pessoa) está saindo e acaba virando uma bola de neve. Finaliza dizendo que ficou muito claro na ata que éramos solidários e colocou-se as condições porque não

tinha ninguém, então isso tem que ficar atento. A professora Luma Nogueira De Andrade, na sequência, responde às questões levantadas pela professora Geranilde. Explica que sua presença no Conselho do IH justifica-se como vice-coordenadora do Curso de Pedagogia, portanto, teria responsabilidades específicas como tal. Falou que se fosse favorável às condições feitas pelo colegiado, não previstas em Lei à solicitação de redistribuição, poderia ter seu ato enquadrado como assédio. Afirmo ter atuado com total respeito ao que foi escrito na ata do colegiado de Pedagogia já referenciada, entendendo que esta expressa ser favorável ao pleito da professora Joana. E afirma que as professoras que se dispuseram a substituição de Joana em eventual aprovação da redistribuição, no caso, as professoras Fabíola e Jaqueline, ambas têm total condição e capacidade para desenvolver os componente curriculares em questão, evidenciadas em suas experiências e currículos. Falou que diferente do que o prof. Evaldo afirmou, o colegiado de Pedagogia é o que tem o maior número de docentes do IH. Na sequência, o prof. Luis Eduardo Torres Bedoya (Lucho) manifestou que o questionamento colocado não é referente à aprovação da redistribuição da profa. Joana, mas ao processo seguido. Ponderou tratar-se de uma situação pessoal familiar, compreensível, da qual é sensível, mas que também precisa ser considerada no âmbito profissional, por suas implicações no coletivo do curso. Lembrou que a redistribuição, sem atenção à permanência do código de vaga na Pedagogia, deixará o curso com um/a docente a menos por tempo indefinido, haja visto o caso do prof. Vico, da Sociologia, redistribuído dois anos atrás, sem previsão de preenchimento da sua vaga no curso. Assim, levantou a possibilidade da profa. Joana solicitar licença para atenção da sua situação familiar, e desta maneira possibilitar tempo necessário para efetivar estratégias levantadas no colegiado a fim de manter a vaga com sua redistribuição. O prof. Lucho questionou o fato da vice-coordenação não ter apresentado no conselho do IH a deliberação completa do colegiado pela qual o processo não estava concluído. Observou também, o encaminhamento indevido do parecer do BHU junto ao processo, porquanto a redistribuição de profa Joana diz respeito a disciplina da Pedagogia e não do BHU, com o qual não procede indicação de docentes de outro curso para substituição sem definição do colegiado da Pedagogia. Após a conclusão de sua fala, foi seguido pelo professor Luis Carlos Ferreira que citou uma célebre frase que, segundo ele, todo mundo conhece, mas considera importante repetir na ocasião: "*Quando a educação não é libertadora o sonho do oprimido é ser o opressor*". Considerou que tal frase diz muito sobre o momento. Avaliou que o colegiado tem uma questão importante a tratar e que se sentia constrangido ao ouvir considerações acerca do diretor do IH e que se isso voltasse a acontecer ele se retiraria da reunião. Considerou que o que está em pauta não é o diretor, não é a condução da direção, mas sim o porquê dos encaminhamentos dados pela coordenação junto ao IH. Então, pondera que essa é a primeira questão que foi pedida para que pudesse ser discutida. O professor em questão, sinaliza estranheza, por perceber nesta reunião mais pessoas presentes do que o de costume. Diz que não se está polarizando se a professora deve ou não sair. Comenta que estamos em um curso em que a relação humana é primordial. Arrola em seguida as seguintes considerações: que ninguém está presente na reunião para discutir a situação da professora Joana como pessoa; ninguém está questionando a profissional presente. Considera que a questão emblemática é em relação ao intitulado de pós-processo. Cita outros processos de deslocamentos de professores (ras) do colegiado (professora Lucilene, professora licenciada, professores de pós-doc). Levanta a questão sobre os encaminhamentos que envolvem as ações do colegiado. Menciona que a situação não é tão difícil de ser resolvida. Menciona a Resolução no. 2/2021 que fala que docentes têm no mínimo oito horas na graduação, e que todos temos condições de assumir mais do que oito horas e não menos, chegando inclusive até 20h na docência. Comenta que na oferta isso precisa ficar elucidado para todo mundo, cita: que a carga horária terá que ser maior exatamente porque o curso não consegue contemplar as componentes ofertadas aos estudantes. Indaga que se uma componente não for ofertada, no semestre letivo, isso gera mais um semestre para os (as) estudantes. Finaliza comentando que somente assim (tema da lotação, horas, etc) seja a melhor forma de se conseguir entender que a dor da professora Joana pode ser a de qualquer um dos docentes. Informa, novamente, que não está na reunião para ouvir comentários sobre o professor Carlos Henrique, o qual respeita muito e não veio para ser constrangido com situações que envolvem quem esteve na direção. Na sequência a professora Fátima Bertini inicia sua colocação saudando todos, todas. Comenta as razões de estarmos nesta reunião e neste debate: sobre a questão de ter sido levado o assunto da redistribuição da professora Joana D'Arc para o conselho. Se solidariza com a professora e considera que temos que estar em acordo para na melhor forma possível atingirmos os objetivos que a professora Joana quer e tem todo o direito. Se refere ao áudio e coloca duas questões que lhe inquietaram: a questão do professor Marcos (caso sociologia) e isso é algo que preocupa, afirma. Retoma a temática que a vaga vai para a Universidade e levanta as questões já mencionadas por demais colegas – saber onde a universidade está necessitando da vaga que já vai para a SGP. Ponto de vulnerabilidade. Chama atenção, respondendo ao professor Linconly, sobre os trâmites do código de vaga dentro da Universidade e como as coisas podem se encaminhar. Cita o artigo 2 da uma portaria: são três ordens de prioridade e essa vaga que vem para a Universidade não é simplesmente nós pedirmos, comenta é

algo que fica-se vulnerável. Outro ponto que solicita esclarecimento (cita o áudio) é que uma das professoras que consta como possível substituição da professora Joana relata que não assumiria aulas no curso de pedagogia e sim no BHU. Pede para pensar junto essa questão. Algo que está posto. Também concorda com o professor Luís sobre a questão dos trâmites do processo pelo colegiado do BHU e conselho. Pede esclarecimento sobre a questão da Professora do BHU que não irá assumir aulas na pedagogia. Ao final de sua fala, a professora coordenadora Joana D'arc faz um encaminhamento sobre o adiantado da hora, pede para que as e os docentes que farão uso da fala pela segunda vez controlem o tempo. Seguiu-se a lista das inscrições com a representação estudantil, Braima Calilo, que saudou todas e todos, agradeceu a oportunidade de participar do debate. Disse da solidariedade ao caso e à situação da professora Joana D'Arc, lamentou a saída da mesma, por conta da contribuição ao curso. Entendeu, pelos discursos, que ninguém tem intenção de impedir que a professora seja redistribuída. Comentou ainda que não tem muitas informações sobre a legislação de redistribuição, que procurou se informar, mas mesmo assim manifesta solidariedade. Comenta questões sobre a continuidade de se pensar o curso e que os discentes sejam priorizados com a vaga para a pedagogia. A professora Matilde Ribeiro inicia sua fala saudando a todos, comenta que chegou atrasada pois estava tentando entrar no link, que está voltando de um período de três meses de licença capacitação e quinze dias de férias e, por tal, não está acompanhando o dia a dia do colegiado. Comenta sua concordância com as falas (que pode ouvir) principalmente as do professor Luís Carlos. Entendo que não há nenhum empecilho para que a professora Joana não tenha atendido o seu pedido. O que nos resta é verificar como nós podemos continuar considerando que oito horas é o mínimo de carga horária docente. Relata que está com três componentes nesse momento, uma a pedido da coordenação para poder suprir a ausência da Professora Jeannette Ramos, que está em licença saúde, para colaborar com o bom andamento do trabalho, de maneira coletiva. Faz breves comentários sobre como reorganizou as componentes de forma colaborativa também. Reforça o tema do coletivo argumentando que “nós como coletivo temos que dar conta das demandas e também exigir da alta direção da Unilab, passando pela diretoria (IH), que encaminhe a contratação de professores substitutos”. Reitera que o colegiado não pode negar uma situação que é de direito, no caso da professora Joana ou de qualquer outra e outro colega que necessitar. Se coloca à disposição para colaborar, mas reitera neste momento já está contribuindo ao ter assumido três componentes. Finaliza mencionando o caráter do coletivo diante das condições e possibilidades que temos e propõe que se busque mobilizar setores acima do colegiado para resolver essa situação. Conclui: “Então nós somos seres humanos, temos várias atividades e responsabilidades, mas isso não impede de olhar para as necessidades colocadas pelos colegas”. Continua a discente representante do Centro Acadêmico, Geyse Anne. A mesma iniciou sua intervenção saudando todas, todos, todes. Se apresentou comentando que foram eleitos em meio a pandemia e fala da readaptação à lógica da aula presencial, ao mesmo tempo também do acolhimento, das propostas e ao retorno da presença do C.A nas reuniões do colegiado. Lembra que não tem direito ao voto, que o voto discente é a partir dos representantes eleitos em assembleia, mas que o CA vem atuando de forma conjunta. Em síntese, lamentou a questão da saída da professora Joana como perda e como necessidade. Trouxe a questão da pandemia, temas como solidariedade mútua e relatou de maneira emocionada o adoecimento de seu pai durante a pandemia se solidarizando com a docente em questão. Fez uma reflexão sobre o processo de precarização pelos quais passam os cursos das humanidades no Brasil, priorizou a Unilab dentre esses e mencionou que outros cursos, não apenas a Pedagogia, têm sido agonizados. Ressaltou a posição de poder de muitos professores e professoras do curso de Pedagogia junto à gestão da UNILAB como um aspecto facilitador para defender os interesses do curso e garantir o código de vaga que envolve esse processo de redistribuição. Se colocou à disposição para a luta dos direitos e do processo da professora Joana. Na sequência, a professora Carolina Maria Costa Bernardo saudou todas, todos, e todes, amigas, colegas e conhecidas e comentou que não é um prazer estar na reunião do colegiado de Pedagogia. Lembrou a todes que é vinculada a dois colegiados e que seu vínculo aos mesmos é registrado em portaria. E que para responder àquelas pessoas que estavam questionando sua ausência nas reuniões do colegiado de Pedagogia, disse que optou por atender suas responsabilidades previstas em regimento junto ao colegiado do BHU e não ao da Pedagogia, mas que diante das “denúncias” sobre sua frequência, resolveu se fazer presente e explicar sua situação. Mencionou que sua carga horária nesse momento está dedicada ao ensino, a pesquisa e a extensão, e que estas atividades lhe dão prazer e preenche seu PIT e seu RIT, conforme resolução prevista. Lembrou que desde que assinou o termo de posse tem contribuído junto ao curso e à universidade. Informou: “Eu quero dizer que meu PIT e meu RIT estão acima das 40h”. Em virtude disso fez a decisão de participar mais efetivamente das reuniões do outro colegiado. Dito isso, a docente apresenta suas considerações sobre seu entendimento do que está sendo proposto na reunião. Diz que há duas questões em discussão: 1) o retorno do posicionamento do colegiado ao conselho do IH para que o colegiado se posicione de forma mais explícita sobre a aprovação da redistribuição da professora Joana e o código de vagas; e 2) o pedido de escurecimento feito pela professora Geranilde sobre a postura da coordenação na reunião do IH. A professora

Carolina Bernardo informa que ouviu atentamente todas as pessoas que falou anteriormente e que se sente satisfeita com as explicações da coordenação e dos demais colegas envolvidos, mesmo não concordando com tudo. E que entende que há a necessidade de se encaminhar uma decisão do colegiado sobre a aprovação ou não da redistribuição. A professora Carolina menciona sua insatisfação sobre os ruídos, as fofocas em relação ao problema, o que não colabora para o entendimento do ataque às ciências humanas que vem dificultando a realização de concurso para docentes efetivos. Salienta que a professora Joana mesmo diante de suas questões pessoais não deixa pensar no curso, ela luta para trazer um código de vagas. Diz que com base nas leituras, das escutas, não há necessidade do nosso colegiado pautar quem vai substituir, pois o código de vagas é a previsão de um concurso para a substituição da mesma. e que se o colegiado se comprometer a assumir as disciplinas da profa. Joana estaria informando a própria instituição que não haveria necessidade do código de vagas para o curso. Ainda menciona que quando a vaga ficar ociosa é necessário que haja uma política interna para garantir que o código fique com o curso. Nesse sentido diz que é nesse momento que se mostra a posição do colegiado. Enfatiza o poder da luta frente a necessidade: Não tem professor para assumir a disciplina? Isso traz prejuízo ao curso? Então se luta pelo curso, pelo código de vaga, pelo concurso e não contra as pessoas. Menciona também as articulações com a gestão superior. Menciona a força dos estudantes como protagonistas dessas reivindicações nas perspectivas que são eles (elas) que sem aula devem junto com aos docentes buscar as soluções. Diz que estudantes também precisam entender, se não tem professor, não tem aula. E aí a gente vai pra luta juntas, vai buscar os códigos. Faz menção a necessidade de fecharmos nossa carga horária em 40h, nem mais nem menos. Seu encaminhamento para finalizar é: garantir a redistribuição e o código de vagas para o curso. Reafirma ação política, sentar e dialogar com a gestão superior para garantir as vagas. Pergunta: E o que vamos fazer para garantir essa redistribuição, os concursos que a gente fala, códigos de vaga? Conclui dizendo que acredita que todas e todos estão atarefadas e esgotadas e que não tem condições de assumir mais do que as quarenta horas. Comenta que não gostaria de abrir mão da pesquisa, do ensino e da extensão, e que nesse momento precisa se dedicar à produção acadêmica. Indaga se o caráter da reunião é punir a coordenação. Em seguida, a professora Jacqueline Costa toma a palavra. Saudou todas e todos. Primeiro lugar comunica sua solidariedade com a professora Joana. Comenta que já havia debatido o tema no colegiado do BHU e explana que se sente contemplada pelo enegrecimento por parte da coordenação e de algumas pessoas que estiveram na reunião ocorrida anteriormente. Relembra o caso ocorrido anteriormente quando da vinda da professora Marilde para o Ceará e da ida da professora Lucilene e menciona o desgaste adocedor. Valoriza a presença do C.A e ressalta a importância dessa participação no acompanhamento desse debate. Chama atenção para o perigo de se entender o ser humano com um código de vaga. Lembra que somos um curso de humanidade, um curso afroreferenciado e que não deveríamos ver nossa colega como um código de vaga. Citou que foi consultada pela professora Joana que teria de indicar uma professora do colegiado para assumir as componentes da mesma, e disse compreender que isso era assédio. Fez menção à fala da professora Carolina Bernardo sobre não gastar tempo nessa discussão, relatou que essa era uma questão da dinâmica administrativa da Universidade. Existe uma legislação e há direitos. Retomou a questão específica do caso: o adocimento familiar (justificativas do processo). Retoma o tema sobre a humanidade dentro de um curso de humanidade: comenta que o curso que é as mil maravilhas, mas na hora de tratar do humano não se trata. Finaliza declarando o voto a favor (novamente desde a primeira reunião que eu tive que sair, eu sou a favor, fui a favor no BHU). Afirma que a definição dos nomes para a substituição é uma tramitação interna que a gente precisa fazer, mas não agora. Conta da situação do seu RIT, que não comporta assumir mais disciplina e lamenta e propõe acordar um rodízio coletivo. Nesse sentido se coloca à disposição. Defende a luta política pelo código, defende a briga dos direitos. Por fim concorda com a posição do CA de que há docentes da pedagogia que estão na gestão e que podem fazer esse diálogo com a gestão superior para garantir o código de vagas. Comenta que há pessoas que são importantes nessa gestão e que podem fazer essa ponte com o Reitor. Propõe uma unidade com o colegiado do BHU para juntos poderem empreender uma luta conjunta. Relembra que os (as) estudantes não são de chocadeira, que vêm do BHU. Afirma concordância com as falas da professora Luma e da professora Carol, Geyse, Linconly, professora Fabíola, professor Lucho.

O professor Leno Pinheiro toma a palavra. Saudou todas e todos. Comentou que já se falou longamente sobre a situação. Então, faz uma proposta de encaminhamento: “baseado na Portaria nº 412, da reitoria, que é a que trata especificamente do que é o objeto de interesse, buscar a estratégia de liberação, acho que talvez competisse a nós colegiado, tirar daqui, duas, três pessoas, pra fazer essa tarefa, fazer essa organização porque ela pede muitas informações, eu não sei se é adequado, eu não sei se converge com o que está sendo discutido, mas eu estou pensando realmente não ficarmos apenas na ideia, nas palavras aqui na reunião.

Você mesma destacou um ponto muito crítico que é a data de corte, (do processo)`. Realiza uma pausa e faz um pedido para que nas próximas reuniões e leituras das ATAS o colegiado fique mais atento ao processo. Na supracitada ATA foi emitido a solidariedade e foi encaminhado propostas. Diz ainda que houve perda de tempo, pois na ocasião o colegiado podia ter dito sim ou não taxativamente, inclusive com quantidade de votos e nada disso teria sido necessário. Fica como proposta. Se disponibiliza a integrar um grupo de trabalho e lembra, inclusive, que decisões da pedagogia, se tem realmente autonomia e tem realmente representatividade, o colegiado deve realmente decidir acompanhar as decisões e não sermos atravessados por outras porque se sentiu, realmente vendo, a discussão sobre a redistribuição, pela decisão do colegiado do BHU. Confessa que se sentiu extremamente confuso e não interpretou de uma maneira positiva, o que aconteceu. aquilo que aconteceu. Argumenta que fala para deixar registrado porque considera isso um processo de educação coletiva. Finaliza reforçando que suas colocações vem no sentido de fazer cumprir as decisões, as normativas (cita a Carol), sobre a questão política, os acordos e a s negociações.

A professora Joana fez uma breve intervenção a cerca da questão posta pelo professor Leno e a professora Luma retoma a deliberação expressa no texto da Ultima ATA do colegiado de Pedagogia, comenta que há recomendações postas e que indica que deva ser levado ao IH. Argumenta que em nenhum momento não se ateve ao texto da ATA, ao contrário, o texto estava lá para todos lerem. Havia uma solidariedade de todos ao processo.

Encerrou-se a fase de debate. Para a decisão dos encaminhamentos a professora Joana ausentou-se temporariamente da reunião, que então foi conduzida pela vice-coordenadora, professora Luma. Seguiram-se algumas falas sobre a forma de encaminhamento a ser feito, resumidamente, se o colegiado manifesta-se sobre a solicitação de redistribuição de Joana, positivamente ou negativamente, sem condicionalidades, ou se o colegiado vai vincular critérios/condições prévias para que a redistribuição receba, eventualmente, parecer favorável do colegiado. O professor Lucho **aclarou, sobre sua proposta, não tratar-se de condicionalidade para aprovação da redistribuição mas de considerar na decisão a devida atenção que merece a necessidade de efetivar estratégias para garantir a permanência do código de vaga:** defendeu a segunda proposta. A professora Carolina defendeu a primeira. O professor Evaldo Ribeiro declarou voto favorável à solicitação de redistribuição da professora Joana, no chat, alegando ser necessário sair da reunião às 16h18.

No chat a professora Carolina sintetizou proposta 1: 1. O colegiado aprova o pedido de redistribuição. O professor Lucho resumiu a proposta 2: o colegiado aprova o pedido de redistribuição, considerando: ser solidário à redistribuição da professora Joana, com atenção e estratégias para garantir o código de vaga; contatar possíveis permutas, negociação com Reitoria; indicação de docentes substitutos. Cogitar a possibilidade urgente de licença. Aberta a votação pela professora Luma o resultado foi o seguinte: Proposta 1 – 8 votos; proposta 2: 3 votos. Não houve abstenções. Portanto, o colegiado do Curso de Pedagogia aprovou o pedido de redistribuição da professora Joana D´Arc de Sousa Lima. Nesse momento a professora Joana reassumiu a coordenação da reunião do colegiado, dando prosseguimento aos demais itens da pauta.

O professor Lucho sugeriu, após o término do colegiado, via e-mail, uma sugestão de inclusão na ATA Acrescentar os nomes das/os docentes que votaram por cada proposta e dos que estiveram ausentes e não puderam votar.

Proposta 1: Luma, Carol, Jacqueline, Rosângela, Fabíola, Matilde, Linconly, estudante Braima (8 votos)

Proposta 2: Fátima, Luis Carlos, Lucho (3 votos)

Não puderam permanecer para a votação: Geranilde, Ivan, Evaldo, Leno (4 docentes)

Não esteve na reunião: Rebeca (1 docente)

Ponto 5. PIBID/PRP

Pelo adiantado da hora a pauta foi solicitada a readequação da ordem dos pontos para privilegiar os pontos citados, os demais serão colocados em pauta na próxima reunião do Colegiado a ser agendada. **Ficando assim: 5. PIBID; 6. Pedido de Licença Estágio Pós-doutoral - Docente Matilde Ribeiro; 7. Informes.** PIBID e PRP foram discutidos como prioridades para o curso de pedagogia. A Profa. Joana D'Arc informou que ao receber a solicitação dos nomes, de livre indicação da coordenação de curso, para a coordenação e suplência de ambos os programas encaminhou e-mail para as/os integrantes do colegiado e apenas a Professora Luma Nogueira de Andrade apresentou interesse e encaminhou a documentação para a coordenação do PRP ficando a necessidade de informar suplência do referido programa e coordenação e suplência do PIBID. A discente Ana Cássia apresentou uma solicitação para que o colegiado do curso fizesse esforço em garantir o programa para o curso, alegando a importância do programa na sua formação e na formação dos demais colegas. Fez menção às bolsas como algo importante, mas não desmereceu o que significa o programa na formação de todas e de todos. O representante estudantil, Braima Calilo, endossou a solicitação, assim como outro membro do CA, Geysse Anne. Abriu-se o debate, a professora Carol Bernardo foi citada como um dos possíveis nomes a compor a coordenação do Programa PIBID. A mesma declarou que nesse momento precisa se dedicar ao ensino, a pesquisa e a extensão e não mais a gestão, seja de curso, de projetos, programas ou comissões. Que a mesma assumiu muitas funções desde que se efetivou na instituição e que no momento precisa investir tempo na produção científica de suas pesquisas. Também lembrou que atuou por um ano como vice-coordenadora e por dois anos como coordenador à frente da coordenação BHU, que juntamente com a professora Rosângela Ribeiro, atuou no programa do PIB por 18 meses dando sua contribuição e que seria importante que outro/outra docente que não assumiu, assumisse. Também chamou atenção para a situação do PIT e RIT, pois a mesma já está passando das 40 horas. Houve outras considerações e indicações dos nomes das professoras Fabíola Barrocas que está à frente da coordenação do Estágio, também da professora Jacqueline Costa. Houve uma ponderação da professora Matilde Ribeiro sobre os esforços coletivos, contudo estava nesse momento com muitas atribuições e com três componentes curriculares que assumiu para contribuir com o curso, visto o afastamento da professora Jeannette Ramos. A professora Luma Nogueira fez ponderações e propôs que para o curso não perder que a professora Carolina Bernardo juntamente com a professora Fabíola Barrocas como vice assumissem e ao longo do processo o colegiado poderia reorganizar essa composição se necessário. A proposta foi colocada em votação por consenso e aprovada: Para o PIBID 2022/2024 o colegiado de pedagogia indica as colegas: Carolina Bernardo e Fabíola Barrocas, respectivamente para a coordenação e vice coordenação deste programa. Ambas ratificaram assumir a função indicada com a condição de, mais a frente, o colegiado aprovar outros nomes em caráter de revezamento. Também foi reafirmado o caso do PRP com os nomes já encaminhados para o IH da professora Luma Nogueira de Andrade como coordenadora e na suplência a professora Joana D'Arc. Nesse momento abriu-se para o colegiado a proposta de substituição do nome da professora Joana D'Arc, mas não houve adesão, sendo aprovada a manutenção do nomes das docentes para o PRP: Professora Luma Nogueira e professora Joana D'Arc, respectivamente como coordenadora e suplente.

6. Pedido de Licença Estágio Pós-doutoral - Docente Matilde Ribeiro

A professora coordenadora apresentou o ponto e fez um breve histórico. A professora Matilde Ribeiro contextualizou o processo, sua temática, apresentou o responsável por sua supervisão e por fim mencionou o projeto de trabalho de pesquisa para o estágio pós-doutoral, em anexo a pauta e este disponibilizado para todos do colegiado.

O ponto foi colocado em votação: Aprovação da Licença Pós doutoral da professora Matilde Ribeiro no período julho de 2003 a Agosto de 2024 – UFABC.

O professor Luís Carlos fez a ressalva que deveríamos votar também os nomes de docentes que a substituiriam neste período. A coordenação ponderou que a votação seria realizada em dois turnos:

primeiramente a votação de aprovação do pedido; em segundo lugar quem seriam indicados para a substituição, lembrando que as componentes da supracitada professora no geral são: Organização do Ensino e Ensino de História. A coordenação também citou as componentes eletivas que a docente assumiu esse período de 2021.2. A proposta de encaminhamento para a votação foi acatada.

Em votação a primeira proposta foi aprovada por unanimidade.

Em seguida abriu-se debate para indicação de nomes para a substituição durante a licença da docente. O professor Linconly de Jesus se ofereceu, será o período que o mesmo estará de retorno de sua licença pós doutoral.

Em seguida o professor Luís Carlos ponderou que como estávamos em um número pequeno de presentes, pelo adiantado da hora, propôs que essa consulta fosse realizada ao colegiado por e-mail a todas e todos docentes integrantes do colegiado de pedagogia. A proposta foi acatada.

A coordenação encaminhará a consulta e em seguida enviara ao IH em declaração à parte a essa ATA os resultados sobre esse ponto específico: segunda indicação de substituição da docente no período de licença pós doutoral.

O colegiado foi encerrado com informes do discente Braima Calilo. Em seguida a professor coordenadora informou que estaria junto com o CA se reunindo para criar um planejamento de ações conjuntas, a primeira a organização do lançamento do ,livro do professor Linconly de Jesus e da professora Rebeca Alcântara, seguido de um seminário.

Por fim, a professora Matilde Ribeiro tomou a palavra sugerindo que entre esses programas de atividades, nós fizéssemos algo sobre e à partir da divulgação realizada pelo cantor Milton Nascimento sobre seu afastamento dos palcos. Algo simbólico e em homenagem ao cantor e sua obra. A proposta foi acatada com entusiasmo pelo CA e coordenação. A reunião foi encerrada.



Documento assinado eletronicamente por **JOANA D'ARC DE SOUSA LIMA, COORDENADOR(A) DE CURSO**, em 23/05/2022, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LINCONLY JESUS ALCENCAR PEREIRA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IVALDO RIBEIRO OLIVEIRA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS EDUARDO TORRES BEDOYA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FATIMA MARIA ARAUJO BERTINI, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CARLOS FERREIRA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSANGELA RIBEIRO DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GERANILDE COSTA E SILVA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSERLENE LIMA PINHEIRO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MATILDE RIBEIRO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IVAN COSTA LIMA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA MARIA COSTA BERNARDO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACQUELINE DA SILVA COSTA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIOLA BARROCAS TAVARES, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/05/2022, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCA ROSALIA SILVA MENEZES, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 24/05/2022, às 20:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **REBECA DE ALCÂNTARA E SILVA MEIJER, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 25/05/2022, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRAIMA CALILO SADJO, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0466689** e o código CRC **386D75A8**.

Referência: Processo nº 23282.008307/2022-59

SEI nº 0466689